



A missão do psicopedagogo

The mission of the psychopedagogue

DOI: 10.56238/isevmjv2n4-004

Recebimento dos originais: 06/06/2023

Aceitação para publicação: 27/07/2023

Gilmar Tavares Reis

Estácio de Sá

E-mail: contatogilmartavares@gmail.com

RESUMO

O conteúdo genético de uma pessoa determina suas características e seu processo de evolução. No entanto, além do fator hereditário, verifica-se que há influência do ambiente cultural e do nível de integração harmoniosa da criança com o mundo em seu entorno sobre o desenvolvimento da mesma, que é o objeto de estudo da Psicopedagogia. É uma disciplina das Ciências Humanas, cujo início se deu no século XIX, com a expansão demográfica do período pós-guerra, mas sua importância é extremamente elevada para os dias atuais, em que se busca uma melhor orientação do conhecimento e um amadurecimento mais profundo do aprendizado humano. A psicopedagogia é um estudo sistemático, intimamente ligado à psicanálise e à medicina, sobre os fatores condicionantes do comportamento e do estilo de vida e sua influência no desenvolvimento humano em seus mais variados aspectos, desde as funções cognitivas até as interações sociais. O trabalho do psicopedagogo é contribuir para a formação escolar otimizada dos alunos por meio de métodos desenvolvidos para cada caso específico. Por meio das intervenções do psicopedagogo no processo educacional, é possível reverter déficits de aprendizagem, auxiliar a inclusão de crianças com necessidades especiais e melhorar a integração social do aluno no ambiente em que está inserido. O objetivo da pesquisa bibliográfica é analisar as verdadeiras contribuições da psicopedagogia para a educação e enumerar os principais desafios vivenciados pelo profissional na instituição escolar. As bibliografias utilizadas são artigos científicos e de revisão, monografias e dissertações que relatam a atuação do psicopedagogo no campo educacional. Dessa forma, o trabalho enfatiza a missão do psicopedagogo, que é contribuir para que todos os indivíduos possam assimilar conteúdos e aprender de forma eficiente e eficaz, promovendo meios de obter um ambiente mais saudável e completo. desenvolvimento humano, além de afirmar a necessidade constante desse profissional no ambiente educacional.

Palavras-chave: Psicopedagogo, Inclusão, Aprendizagem, Desenvolvimento humano, Processo educacional.

1 INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia é uma ciência relativamente nova, com uma proposta interdisciplinar, agregando diversos conhecimentos de ciências afins, como Medicina, Psicologia, Psicanálise e Biologia, que tem como objetivo estudar os processos de desenvolvimento do ser humano e suas variáveis (SCALZER; SMITH, 2011).

A Psicopedagogia também pode ser dividida em Psicopedagogia Institucional, cujo



profissional atua em escolas em parceria com professores e demais membros de uma instituição de ensino, constituindo-se em uma ciência preventiva, e Psicopedagogia Clínica, cujo trabalho ocorre em hospitais e clínicas, podendo contar com a ajuda de outros profissionais, como pediatras, terapeutas e neurologistas, para os casos de necessidade de enclausuramento do paciente (CAZELLA; MOLINA, 2010).

Em geral, o trabalho do psicopedagogo institucional, objeto de estudo deste trabalho, é atender alunos com dificuldades de aprendizagem em uma determinada área e propor o tratamento do problema desde sua origem, utilizando métodos específicos. Ou seja, o psicopedagogo analisa os diversos fatores envolvidos no desenvolvimento do aluno e aplica sua metodologia a fim de otimizar o processo de aprendizagem (TANZAWA; MARTINS; BRENZAN, 2010).

É dever de todo educador garantir que todos os seus alunos aprendam e assimilem o aprendizado da forma que melhor se adapte ao indivíduo. Portanto, a importância da Psicopedagogia é inquestionável na educação escolar, pois permite que o aluno aprenda melhor, desenvolva sua inteligência e seu potencial, tenha um crescimento mais completo e esteja mais integrado à sociedade.

Por ser uma disciplina recente, ainda há certa confusão do público quanto ao real trabalho do profissional dessa área. Portanto, a relevância da pesquisa é alta, pois proporciona uma desmistificação da Psicopedagogia, apresentando uma abordagem ampla de sua história, seus principais conceitos e ramos de atuação e os resultados causados na aprendizagem dos alunos.

Portanto, o objetivo da pesquisa é elucidar o verdadeiro trabalho do psicopedagogo na área da Educação Infantil. Os objetivos específicos são esclarecer como se dá o papel desse profissional e qual o seu nível de importância na escola, além de relatar os desafios mais comuns enfrentados em seu cotidiano e seu impacto na sociedade escolar.

O problema de pesquisa é estudar, de forma sucinta e clara, a atuação do psicopedagogo no ambiente escolar e revelar as principais atribuições do profissional em sua área de atuação, além de relatar um exemplo da realização desse trabalho em uma escola de educação infantil, visando à inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares.

O referencial teórico utilizado na pesquisa é uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa que compreende artigos científicos e dissertações sobre a atuação do psicopedagogo em instituições de ensino, com foco em escolas de educação infantil, ou seja, que tenham alunos de zero a seis anos. Foram utilizados artigos cuja data de publicação está compreendida entre 2000 e 2018. As ferramentas de busca utilizadas são as bases de dados disponíveis na Internet, como Google Acadêmico e Scielo.



Os capítulos foram organizados da seguinte forma: O capítulo I traz uma abordagem ahistórica da Psicopedagogia, explicando sua criação, seus ramos de atuação e como se deu o amadurecimento dessa ciência ao longo dos anos. O capítulo II trata da atuação do profissional na Educação Infantil e sua importância; o capítulo III fala sobre a importância da educação infantil; o capítulo IV exemplifica o trabalho do psicopedagogo na escola, revelando as melhorias alcançadas com seus métodos.

Por fim, o trabalho leva a refletir sobre a necessidade constante desse profissional no ambiente educacional para que haja um aumento no nível de aprendizado dos alunos com dificuldades.

É bom ainda acrescentar que, como toda ciência, é necessário que haja reinvenções e readaptações de métodos, ou seja, que se façam estudos, testes, ensaios e reformulações, para que a Psicopedagogia não fique desatualizada ou obsoleta, mas que tenha sempre uma metodologia renovada e otimizada de acordo com as necessidades dos alunos e com o passar dos anos de estudo.

2 PSICOPEDAGOGIA: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

Inicialmente, é importante apresentar uma definição de Psicopedagogia. De acordo com a versão mais atualizada do Dicionário Aurélio (2017), Psicopedagogia é a "Pedagogia baseada na psicologia científica, especialmente da criança".

Essa ciência tem uma proposta interdisciplinar, visando ao estudo do desenvolvimento humano. Trata do processo de aprendizagem e de seus padrões normais ou patológicos, considerando as constantes influências do meio - escola, família e sociedade - na formação do homem e aplicando procedimentos próprios e característicos de análise (NASCIMENTO, 2006).

Está relacionada à Pedagogia, no que se refere ao estudo da vida humana em si, considerando os aspectos sociais e individuais, e à Psicologia, no que se refere ao caráter dualista entre psique (consciência, mentalização) e físico (concretude, observação). No entanto, seu ramo de atuação vai além do que apenas essas duas disciplinas podem oferecer, com contribuições de outras ciências, como Medicina, Psicanálise, Biologia, Fonoaudiologia e Neurologia, que colaboram para fornecer um corpo teórico bem estruturado e uma análise profunda e crítica das formas de aprendizagem humana, aumentando os processos de desenvolvimento (TANZAWA; MARTINS; BRENZAN, 2010).

A história diz que a Psicopedagogia nasceu no século XIX, na Europa, devido aos problemas de aprendizagem que ocorriam entre as crianças no período pós-guerra e na época da Revolução Industrial, em que houve migrações rurais, crescimento das cidades, superlotação, disseminação de doenças infecciosas e infraestrutura precária na área da Saúde e da Educação. Portanto, inicialmente era uma Psicopedagogia clínica, ou seja, atuava em hospitais e clínicas médicas, junto a profissionais da área da saúde, como médicos, psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos e neurologistas. Os primeiros centros



educacionais foram criados na França para ajudar crianças com dificuldades comportamentais e/ou escolares. Na época, era importante diferenciar os alunos com problemas de aprendizagem dos alunos com deficiências físicas ou mentais, de modo que o processo psicopedagógico, de conhecer a criança e seu ambiente e propor soluções para a raiz do problema, fosse aplicado separadamente a todos. (SAINTS, 2009)

Ao longo dos anos, o ensino e a prática psicopedagógica se popularizaram e se difundiram na França, incentivando várias universidades a instituir a Psicopedagogia como disciplina em suas matrizes curriculares ou mesmo a criar cursos de formação e especialização, como a Universidade Sorbonne, em Paris, considerada um dos principais pontos da história da Psicopedagogia no país pelo alto nível de pesquisa desenvolvido na área, e o Institut Catholique-Paris, que forma um bom número de psicopedagogos a cada quatro anos de curso (PERES, 2007).

As ideias da Psicopedagogia foram crescendo e se expandindo, até chegarem à América do Sul, por volta das décadas de 60 e 70, e, em Buenos Aires, Argentina, a Psicopedagogia foi inserida como disciplina da matriz curricular do curso de Psicologia, na Faculdade de Psicologia da Universidad del Salvador (ANDRADE, 2004) e foram abertos os primeiros Centros de Saúde Mental, onde os profissionais faziam diagnóstico e tratamento dos pacientes (SAMPAIO, 2004). A psicopedagogia argentina foi muito influenciada por autores franceses, como Fraçoise Dolto, Maud Mannoni e Montessori.

Também na Argentina, em 1956, a Psicopedagogia foi constituída como um curso de graduação de três anos para formar professores com formação em psicologia escolar, usando a pedagogia e a psicologia como ciências de apoio. No entanto, atualmente, o curso fixo é de cinco anos, com a chegada da graduação e por razões de organização econômica e de recursos humanos. E há também a possibilidade de o aluno cursar mestrado e/ou doutorado, seguindo linhas de pesquisa determinadas pela Instituição de Ensino Superior - IES. O objeto de estudo dessa ciência é o indivíduo no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a capacidade de o sujeito ser agente e receptor de sua aprendizagem (GONÇALVES, 2007).

É importante afirmar que, tanto na Europa quanto na Argentina, os problemas de aprendizagem eram vistos principalmente como resultantes de fatores biológicos do indivíduo, relacionados a disfunções neurológicas. Ou seja, do século XIX até meados da década de 70, o trabalho do psicopedagogo era simplesmente resolver as causas dos problemas de aprendizagem do paciente, de forma essencialmente médica (SILVA; LUPERINI; PAUL, 2014).

No Brasil, a Psicopedagogia surge em um contexto histórico de repressão à liberdade de expressão e à ditadura militar. Essa ciência ganha espaço no cenário brasileiro por meio dos argentinos, em meio a um clima de clandestinidade (ANDRADE, 2004). Também era comum que



a ideia do problema de aprendizagem se originasse de fatores orgânicos. No entanto, no final da década de 70, estudiosos apontaram outras causas para os insucessos na aprendizagem das gemas, como a deficiência do próprio sistema educacional, o despreparo dos professores e a falta de infraestrutura necessária para atender aos mais diversos alunos, além de questões familiares. Todas essas circunstâncias ambientais e culturais estão relacionadas àquelas de ordem física e genética, implicando no impedimento da aprendizagem do sujeito (SILVA; LUPERINI; PAUL, 2014).

Inicialmente, a Psicopedagogia foi instituída no Brasil a partir de modelos médicos de atuação, ou seja, com foco no ramo clínico. Mas, a partir da década de 70, devido ao contexto de problemas de aprendizagem, passou a ser analisada também de forma institucional. Nessa mesma época, foi criado o curso de especialização em Psicopedagogia na Clínica Médico-Pedagógica de Porto Alegre (SAMPAIO, 2004).

Em 1979, foi criado em São Paulo o Sedes Sapientae, um instituto de ensino de ciências da saúde, educação e filosofia, que se tornou o principal meio de impulsionar o crescimento da Psicopedagogia no país. Essa instituição, apesar de ter sido criada em um regime militar, destacou-se pelo exercício da liberdade de pensamento, pela expressão multidisciplinar e pela formação de profissionais cuja ética não se baseava na simples formalidade, mas que estavam comprometidos com os direitos da pessoa humana (ANDRADE, 2004).

Para consolidar ainda mais a profissão e organizar o conhecimento, foi criada em 1980 a Associação Paulista de Psicopedagogia, que em 1988 passou a se chamar Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPP. A entidade tem como objetivo congregar psicopedagogos e outros profissionais que estejam envolvidos com questões psicopedagógicas. Apresenta, como um de seus principais objetivos, a proposta de divulgação e desenvolvimento da Psicopedagogia, por meio de encontros, debates, cursos e outros meios afins, bem como a publicação de artigos relacionados à área. (PERES, 2007)

No início dos anos 2000, o Ministério da Educação - MEC autorizou e regulamentou a formação do psicopedagogo, em nível de pós-graduação *Lato Sensu*, em várias cidades brasileiras, e a distribuição da carga horária das aulas é de 75% teórica e 25% prática, por meio de estágio supervisionado. Quanto aos cursos de educação a distância, o MEC recomenda, no mínimo, 20% de atividades presenciais para o curso de Psicopedagogia (GRAÇA; SILVA; NASCIMENTO, 2013).

Além das especializações, existem atualmente alguns cursos de graduação oferecidos em alguns estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Instituições de ensino superior como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e o Centro Universitário da



Fundação Instituto de Ensino de Osasco (UNIFEO-SP) abriram em 2003 e 2006, respectivamente, cursos de graduação com duração média de quatro anos.

Outro ponto importante a ser destacado é a atuação do psicopedagogo no contexto atual da educação brasileira, que ocorre por meio da inserção de algumas pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NEE no ensino regular, caracterizando a chamada inclusão escolar. Nesse contexto, o psicopedagogo colabora para que o aluno obtenha um alto nível de sucesso escolar, realizando acompanhamentos e estratégias avaliativas específicas (NASCIMENTO, 2006).

Percebe-se, portanto, que, embora a Psicopedagogia tenha se originado de um único fator - a melhoria dos níveis de fracasso escolar -, ela tomou rumos diferentes em cada país apresentado. Na Europa e na Argentina, há toda uma carreira voltada para o trabalho do psicopedagogo, por meio de cursos de graduação e pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. No Brasil, os profissionais da área de Educação e/ou afins passam por uma especialização em Psicopedagogia para se tornarem psicopedagogos, ou seja, não há formação continuada das ciências, salvo raras exceções. Esse fato é um diferencial em relação aos demais locais apresentados, pois indica uma combinação de diversos conhecimentos de outras ciências aos conhecimentos da profissão de psicopedagogo, que foi regulamentada apenas recentemente, em 2014, por meio do projeto de Lei PLC 31/2010. Espera-se que, com a regulamentação da profissão, haja melhorias na área e incrementos no desenvolvimento educacional do país.

3 O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Bossa (2000), a Psicopedagogia nasceu de uma demanda por dificuldades de aprendizagem e evoluiu ao longo dos anos com a melhoria dos recursos e a evolução dos estudos e pesquisas, tornando-se uma prática para auxiliar na otimização do ensino.

O psicopedagogo tem a tarefa de estudar, diagnosticar e tratar as causas das patologias educacionais dos alunos. Como bem disse Golbert (1985), o trabalho do profissional de Psicopedagogia deve:

Ela é compreendida a partir de duas abordagens: preventiva e terapêutica. A abordagem preventiva considera como objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações desses processos. Ela se concentra nas possibilidades de aprendizagem em um sentido amplo. Não deve se restringir a um único órgão, como a escola, mas também à família e à comunidade. Pode esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, professores, pais e gestores sobre as características dos diferentes estágios de desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes das dificuldades de aprendizagem.



A abordagem terapêutica considera como objeto de estudo da Psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem (1985, p.13).

Como categoria institucional, o desenvolvimento da Psicopedagogia se dá por meio do estudo do ambiente escolar, considerando que é nesse local que ocorrem os processos didático-metodológicos e a dinâmica do ensino-aprendizagem. Os objetivos do profissional é auxiliar a instituição em seu papel de ensino e conhecimento e o aluno em seu papel de aprendizagem, além de proporcionar um local harmônico e interativo entre pessoas de diversas esferas sociais e multiculturas distintas e proporcionar o fortalecimento da construção do conceito de coletividade (CAZELLA; MOLINA, 2010).

Dessa forma, o psicopedagogo deve atuar proporcionando uma colaboração conjunta entre professores e pais, promovendo condições para uma análise mais aprofundada das condições da escola, fornecendo meios para que os diferentes sistemas de ensino sejam avaliados e aplicados de acordo com cada caso específico e de acordo com o diagnóstico e auxiliar a equipe pedagógica quanto à metodologia de avaliação, aos objetivos pretendidos e aos planos de ensino traçados (GRAÇA; SILVA; NASCIMENTO, 2016).

Nascimento (2006) enumera alguns aspectos do desenvolvimento a serem analisados no diagnóstico do aluno: fatores cognitivos e intelectuais, que tratam diretamente da cognição e da idade potencial; fatores emocionais, que estão relacionados à afetividade e à sensibilidade; fatores sociais, que estão ligados ao ambiente social, à vizinhança que cerca o aluno; e fatores pedagógicos, que tratam da didática, da metodologia de ensino e da avaliação, do conteúdo, do número de alunos em sala de aula, entre outros elementos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem. Cada área específica precisa de seus próprios métodos e análises, para que a situação de fragilidade seja remediada e/ou prevenida da melhor forma.

Muitas vezes, o profissional da Psicopedagogia utiliza o método da fenomenologia, ou seja, observa o fato, preocupa-se em descrevê-lo diretamente e, a partir disso, faz sua interpretação. Nesse método, diz-se que os dados são absolutos alcançados pela intuição, a fim de investigar a estruturação do ato e verificar os objetivos correspondentes às ações (SOUSA, 2014). Por meio dessa metodologia, o psicopedagogo pode discernir a forma de atuação mais eficaz para o aluno, pois foi feita uma verificação sistematizada do ambiente e do próprio indivíduo.

Além disso, o profissional deve trabalhar com conflitos, incompreensões e perdas no processo de aprendizagem, orientar o conhecimento por meio da reflexão e promover a autonomia e a cooperação, ou seja, a capacidade de o aluno ter uma independência educacional progressiva e obter uma interação efetiva com seus colegas. O psicopedagogo é também um educador, portanto,

deve atuar com o propósito de dar à criança as condições necessárias para que ela construa sua identidade cognitiva, emocional e social.

Também é trabalho do Psicopedagogo favorecer a necessária construção da identidade ética, para que o aluno se torne uma pessoa regida por valores e cujo caráter seja íntegro. Dessa forma, fortalece a prática das virtudes acima de tudo, pois a educação, antes de tudo, deve ser pautada em um patamar de ética (LINS, 2010).

Como se vê, porém, há algumas dificuldades a serem superadas. Segundo Masini (2006), há necessidade de uma constante remodelação, ou seja, é preciso desenvolver novos estudos para o campo de atuação do psicopedagogo, por meio de programas de pesquisa em universidades e cursos de pós-graduação, que colaborem para um melhor aprimoramento dos métodos dessa ciência. Também é necessário dar continuidade à questão da avaliação psicopedagógica, juntamente com o professor. Para isso, seria necessário um estudo aprofundado da metodologia de ensino-aprendizagem, levando em conta os casos de cada aluno, a fim de proporcionar o melhor desenvolvimento escolar, ocupacional e social para o mesmo.

De acordo com Peres (2007), os principais desafios a serem enfrentados, desde questões físicas, como o número de alunos, até questões sociais, como a valorização do profissional, estão listados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Desafios apontados na área de Psicopedagogia

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Realização do trabalho psicopedagógico em função do alto número de alunos em sala de aula• Ausência de supervisão que acompanhe o trabalho psicopedagógico• Existência de trabalho psicopedagógico na escola• Psicopedagogia na rede pública de ensino• Ampliação do número de professores – psicopedagogos• Ampliação dos atendimentos psicopedagógicos nas escolas• Auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem, promovendo a aprendizagem• Realização de um trabalho integrado• Conscientização sobre a teoria implícita que influencia a pesquisa e a experimentação piagetiana na área da educação• Reconhecimento profissional e científico |
|---|

Fonte: PERES (2007, p.144)

Por outro lado, há sugestões de melhorias que poderiam ser feitas em relação ao trabalho do profissional, o que levaria à otimização dos resultados, como o aumento do número de profissionais na escola, a ação colaborativa entre pais e professores para otimizar os resultados, a diminuição do número de alunos em sala de aula, a realização de diagnósticos psicopedagógicos



e a continuidade dos estudos na formação do profissional. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico teria novas perspectivas e alcançaria maior impacto na sociedade escolar.

4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Antes de mais nada, é necessário definir a infância. De forma mais objetiva, a infância é o período da vida que se estende do nascimento à puberdade, no qual ocorre a formação do caráter e da personalidade, a contração de regras, valores, costumes familiares, crenças e comportamentos sociais.

Durante muito tempo, a criança era vista como um "vir a ser" e só era considerada um ser humano quando atingia a idade racional, não sendo, portanto, valorizada como vida humana. Atualmente, já é perceptível e indiscutível a importância que a criança tem para a comunidade. Ela representa o resultado de múltiplas variáveis já existentes e o futuro da nação (EIBEL, 2005).

De acordo com Silva (2010):

A infância é a continuidade de nossas expectativas e objetivos, o que faz com que a criança seja frequentemente cercada por afirmações que os adultos projetam. Mas esse depois também é ameaçado pela contemporaneidade, pela globalização, é o mundo adulto que chegou muito antes de suas vidas, elas não querem mais brincar de faz de conta, a era digital as torna reféns de uma vida irreal e muitas vezes perigosa, o que as deixa mutiladas sem fantasias para criar e recriar um mundo mais colorido à sua imagem. Sem reconhecer nossa própria infância, nos sentimos ameaçados em nosso desejo de perpetuidade e privados do futuro (SILVA, 2010, p. 19).

Portanto, é muito importante que os adultos promovam uma boa construção dessa infância, pois a humanidade futura depende dos cuidados dispensados às crianças. A criança é um ser integral e é necessário que todos os aspectos de seu desenvolvimento sejam levados em conta nos projetos psicopedagógicos.

A importância da educação infantil e do atendimento a esse público são dimensões que estão mencionadas no artigo 227 da Constituição Federal - CF (BRASIL, 1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (BRASIL, 1988, art. 227, p. 132).

A família, por ser o primeiro contato do sujeito com outras pessoas, tem um papel primordial para a formação do mesmo, por meio de apoio, afeto e incentivo ao crescimento pessoal. Também é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade para garantir



os direitos que lhe pertencem, como educação, saúde e lazer (SILVA, 2010).

A educação infantil é uma experiência única para a vida, pois é por meio dela que se torna possível a formação do caráter, da cognição, da coordenação motora, da interação social e, conseqüentemente, a geração de adultos responsáveis e saudáveis.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBE, em seu artigo 29, afirma que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Segundo Vygotsky (1987, *apud* DANTAS, 2003), o aprendizado da criança ocorre desde o nascimento e é essencial para o desenvolvimento e aprimoramento das funções mentais, e o aprendizado escolar produz algo inovador nesse processo, pois transmite à criança a consciência de seus próprios processos que ocorrem em sua mente. Além disso, é capaz de aproximar o potencial do real, ou seja, a criança tem maior aptidão para florescer e se desenvolver como ser humano.

A escola tem a função de ser a ponte entre a criança e o mundo fora de casa. Como intermediária, sua função não é apenas transmitir conteúdo, como exige o método tradicional de educação. O educador deve ter em mente que sua tarefa é contribuir para que o aluno aprenda, interaja, desenvolva sua mente e seu corpo e seja capaz de debater, refletir, opinar, discutir e ensinar, em uma relação de dupla troca. Ambos, aluno e professor, são construtores do conhecimento, pois é por meio da colaboração entre as partes que se forma o ensino e a aprendizagem do ser humano (PULINO, 2017).

Assim, o educador precisa atender às particularidades/características específicas do desenvolvimento dos alunos, pois é na escola que as crianças recebem maior apoio de profissionais especializados para auxiliá-las em sua trajetória escolar (FREITAS; CORSO, 2016).

Antunes (2004) mostra que a faixa etária de 0 a 6 anos de vida é a etapa fundamental para a organização das informações que refletirão em competências e potencialidades. Portanto, a educação que ocorre nessa fase é essencial para o bom desenvolvimento humano.

Na educação infantil, os objetivos do trabalho do educador são organizados de forma a promover o desenvolvimento adequado do aluno nas diversas áreas. É importante garantir o autoconhecimento do corpo da criança, por meio de brincadeiras e atividades que estimulem a exploração das características corporais (como flexibilidade, alongamento, equilíbrio, entre outras), o desenvolvimento do imaginário, da criatividade e do senso crítico, por meio de histórias, leituras, desenhos e artes, a cooperação com o outro, por meio da interação com colegas de idades



semelhantes, e o respeito e a amizade com os mais velhos. Nesse sentido, a educação escolar colabora com o conhecimento das capacidades e potencialidades corporais, afetivas, emocionais, sociais, cognitivas e morais, formando crianças em um perfeito estado de desenvolvimento (COSTA, 2004).

Pesquisas realizadas no Distrito Federal - DF revelam que a maioria dos adultos que apresentam deficiências cognitivas, motoras e emocionais não frequentou a Educação Infantil, ao contrário dos adultos que desenvolveram habilidades e construíram relações significativas de aprendizagem, que foram escolarizados desde cedo (GOULART, 2008). De fato, o desenvolvimento fica comprometido quando não há os estímulos necessários para isso, como em um ambiente escolar com profissionais capacitados.

Infelizmente, ainda existe preconceito por parte dos pais e familiares, pois é comum ouvir deles constantes reclamações sobre a educação escolar, sugerindo que seus filhos passam o dia brincando e não estão aprendendo com isso. Entretanto, conforme descrito por Freitas e Corso (2016), as brincadeiras e outras atividades, aparentemente inúteis, promovem o aprendizado e trazem inúmeros benefícios intelectuais para a criança. As brincadeiras, por exemplo, são um dos meios pedagógicos mais eficazes na educação infantil, pois atendem aos objetivos definidos pelos pedagogos, desenvolvendo nos alunos habilidades de leitura, concentração e controle corporal.

Assim, a relação entre educação e criança deve se dar por meio de métodos, técnicas, linguagens, instrumentos, entre outros meios, que sejam capazes de construir conceitos de solidariedade, respeito, justiça, liderança, além de permitir que o aluno tenha meios adequados para formar sua identidade e desenvolver o potencial de moldar seu futuro.

Nesse sentido, o papel do psicopedagogo é contribuir para a gestão pedagógica e promover a comunicação com o aluno e o grupo e o apoio individualizado, se necessário, ajudando os alunos a obter o melhor desempenho escolar, social, afetivo e cognitivo. O psicopedagogo é o profissional mais indicado para assessorar e auxiliar a escola nos diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem. Vale lembrar que cada pessoa é única, portanto, o profissional de Psicopedagogia deve, primeiramente, identificar as dificuldades, analisar os fatores envolvidos na formação e elaborar os planos de intervenção necessários (OLIVEIRA, 2009).

Para encerrar o capítulo, uma citação de Fulghum (2004) resume claramente o nível de importância da educação infantil para o desenvolvimento humano: "Eu realmente precisava saber... Aprendi isso no jardim de infância. A sabedoria não estava no topo da montanha mais alta, no último ano de uma educação superior, mas no tanque de areia do pátio da escola da mãe" (FULGHUM, 2004, p. 16).



5 UM EXEMPLO DA ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Neste capítulo, foi sugerida uma proposta de como o psicopedagogo poderia atuar em uma determinada situação do ambiente escolar.

No contexto da realidade brasileira do século XXI, é cada vez mais comum o nascimento de crianças que apresentam alguma deficiência física ou mental. Ao mesmo tempo, é cada vez mais comum a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, e não em escolas exclusivas. Isso é resultado de diversos fatores, como políticas públicas, legislação e mudanças graduais de conscientização da sociedade, que geraram toda uma conjuntura de promoção dos ideais de inclusão social e educacional.

De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), entre 2005 e 2015, o número de alunos com deficiência em salas de aula regulares aumentou 6,5 vezes. Em números absolutos, passou de 114834 para 770983 alunos especiais convivendo com outros alunos (TENENTE, G1, 2016).

Segundo Mendes (2006), de acordo com as práticas de integração e inclusão, os benefícios para os alunos com deficiência seriam a chance de entrar em ambientes de aprendizagem mais desafiadores, observar e aprender com alunos mais competentes, poder vivenciar contextos sociais mais realistas para promover uma aprendizagem significativa. Os resultados positivos para os outros alunos seriam a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças entre os seres humanos e promover atitudes de aceitação de suas próprias potencialidades e limitações.

Portanto, o trabalho do psicopedagogo nesse contexto é desenvolver uma abordagem interativa entre os alunos a fim de promover o desenvolvimento no ambiente escolar. É necessário que o psicopedagogo una pais, professores e colegas para a promoção de um contexto saudável de aprendizado e desenvolvimento.

Quanto aos pais e familiares de crianças com deficiência, sugere-se ao profissional tranquilizá-los quanto ao trabalho desenvolvido em sala de aula e incentivá-los a educar seus filhos para que tenham experiências de vida como as demais crianças. Não é saudável privar a criança de viver, de se relacionar, de sentir cheiros, de brincar e de experimentar coisas novas. Pelo contrário, os pais podem motivar a criança a desenvolver habilidades, potenciais e linguagens, a brincar com os colegas da vizinhança para que ela se acostume a conviver com pessoas que não são de sua família, desencorajar movimentos repetitivos ou sem sentido, estimular os sentidos físicos, experimentar vários sabores, texturas e temperaturas e ajudar a formar uma autoimagem positiva da criança, para que ela se sinta confiante e capaz de enfrentar o mundo ao seu redor. É necessário que a família seja um lugar de afeto, carinho, apoio e estímulo ao desenvolvimento da

criança.

Quanto aos professores, é interessante que o psicopedagogo desenvolva um trabalho conjunto em sala de aula, auxiliando na avaliação e no método de ensino. É importante que o planejamento das aulas, reuniões e outros eventos pedagógicos sejam realizados com a presença do psicopedagogo para melhor direcionar o trabalho. Também é necessário que os educadores gostem de estar com as crianças, se identifiquem com elas, tenham uma didática interessante e eficiente, incentivem a inclusão de alunos com deficiência, promovam a conscientização das crianças e transmitam bons valores de respeito, igualdade, tolerância às diferenças, amizade e coleguismo.

Quanto aos alunos com deficiência, o psicopedagogo deve fazer o diagnóstico e realizar o monitoramento do desempenho, que pode ser feito sozinho ou em conjunto com outros alunos. A detecção de dificuldades de aprendizagem e de alterações no crescimento da criança são essenciais, pois garantem a aplicação correta da solução. É importante, nessa fase, a utilização dos instrumentos de avaliação necessários para compreender melhor a situação de vida em seus aspectos emocionais, físicos, sociais, familiares, morais e culturais, a fim de propor a intervenção alternativa para cada caso.

A realização de jogos, brincadeiras, atividades, desenhos e outros recursos pedagógicos deve ser o principal meio de estimular a imaginação, a criatividade e a liberdade das crianças na escola. Eles são oportunidades educacionais que favorecem o desenvolvimento e o aprendizado do aluno e não podem ser subestimados pelo procedimento educacional.

Além disso, na educação infantil, é fundamental que a infraestrutura da escola seja adequada. As instalações, o espaço disponível para jogos e atividades, o número de alunos por sala, a disponibilidade de professores e psicopedagogos, entre outros fatores, devem ser suficientes para atender aos alunos.

Todos os procedimentos mencionados no capítulo compõem a proposta de atuação do psicopedagogo no contexto da inclusão educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da psicopedagogia é promover o aprendizado e a integração efetiva do aluno. Ela estuda como os seres humanos processam e assimilam informações em um esforço para desenvolver a compreensão. Na sala de aula, o psicopedagogo reconhece os problemas, emprega metodologias corretivas e preventivas, avalia o comportamento do aluno e sugere soluções para melhorar o desempenho acadêmico. Ao longo dos anos, a psicopedagogia evoluiu e se aprimorou,



atingindo mais pessoas e buscando promover o crescimento humano. Desafios como o atendimento a um grande número de alunos em uma turma e a integração de pais e professores podem ser superados com mais profissionais e trabalho em equipe. O objetivo da psicopedagogia é garantir o desenvolvimento saudável e apoiar a educação de qualidade, permitindo que o potencial de cada indivíduo seja plenamente realizado em benefício da sociedade.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcio S. de. Direções e diretrizes dos cursos de psicopedagogia: análise crítica da emergência da psicopedagogia na América Latina. *Cad.[Online]*, vol.3, n.6, págs. 70-71, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 de abril de 2018.
- ANTUNES, Celso. Educação Infantil: Prioridade Essencial. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- AURÉLIO. Dicionário. Psicopedagogia de entrada. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/psicopedagogia>> Acesso em 18 de abril de 2018.
- BOSSA, Nadia A. Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 2005.
- BRASIL. Projeto de Lei da Câmara 31, de 2010. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Brasília: 2010.
- CAZELLA, Márcia.; MOLINA, Rinaldo. A intervenção psicopedagógica institucional na formação reflexiva de educadores sociais. Artigo especial. *Revista de Psicopedagogia Institucional e Educação Popular*, vol.27, n.82. pág. 78-91. São Paulo: 2010.
- COSTA, Bianca G. A importância da educação infantil hoje na formação do cidadão amanhã. Monografia de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Infantil. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: 2004.
- DANTAS, Rosineide J.; A importância da educação infantil para o processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental. Monografia de Pós-Graduação em Supervisão Escolar. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: 2003.
- EIBEL, Maria I. R. A importância da educação infantil no contexto social e educacional. Trabalho de Conclusão de Curso em Tutoria. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2005.
- FREITAS, Clariane de N. de.; CORSO, Helena V.; Psicopedagogia na educação infantil: o papel do brincar na prevenção das dificuldades de aprendizagem. Artigo de Revisão. *Revista de Psicopedagogia*. v. 33, ed. 101. 2016.
- FULGHUM, Roberto. Tudo o que eu deveria saber eu aprendi no jardim de infância. São Paulo: Best Seller, 2004.
- GOLBERT, Clarissa S. Considerações sobre a atuação dos profissionais da Psicopedagogia na Região de Porto Alegre. In *Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia*. Ano 4, nº 8, 1985.
- GONÇALVES, Luciana dos S. Psicopedagogia: formação, identidade e atuação profissional. Monografia de Pós-Graduação em Educação e Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: 2007.



GOULART, Isabel de O. A importância da educação infantil. Construa notícias. Ano 9. Pág. 54. Pernambuco. 2010.

GRAÇA, Janilce S. D.; SILVA, Arlete B.; NASCIMENTO, Michelline R.S. A institucionalização da psicopedagogia no Brasil. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1778/41>> Acesso em 23 de abril de 2018.

LINS, Mary J. S. de C. Desenvolvimento ético da criança e psicopedagogia. Cadernos de Psicopedagogia, vol.8, n.14, São Paulo: 2010.

MASINI, Elcie F. S.; Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios. Artigo de Revisão. Revista de Psicopedagogia. V.23 n.72. p.248-259. São Paulo: 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 abr il 2018.

MENDES, Enicéia G.; A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Brás. Educ. v. 11, n. 33, p. 387-405. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Claudemiro G. do. A importância da Psicopedagogia na educação básica como paradigma de cidadania ativa. Roteiro, Unoesc, vol. 31, n. 1-2, p.65-88. 2006.

OLIVEIRA, Natália P. As contribuições do psicopedagogo na educação infantil. Monografia de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: 2009.

PERES, Maria R. Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir dos relatos dos profissionais. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: 2007.

PULINO, Lúcia H. C.; Narrativas, infância e educação: reflexões e perspectivas. Linhas críticas. v. 23. Nº 51. Pág. 412-427. Brasília: 2017.

SAMPAIO, Simaia. Breve histórico da Psicopedagogia. Disponível em: <<http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/em-branco-cmllo>> Acesso em 18 de abril de 2018.

SANTOS, Denise M. dos. Como a Psicopedagogia pode contribuir para o tratamento de crianças autistas. Monografia de um curso de pós-graduação em Psicopedagogia. Instituto A Vez do Mestre. Rio de Janeiro: 2009.

Oliveira, Osana.; SILVA, Fabiana R. da. Na perspectiva do psicopedagogo: a importância desse profissional no ambiente escolar. Artigo científico de um curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Faculdade São Paulo – FSP. 2011.

SILVA, Aparecida R. P. da.; LUPERINI, Célia P.; PAULO, Elizete da S. Conhecendo a história do psicopedagogo no Brasil. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/conhecendo-a-historia-da-psicopedagogia-no-brasil/125199>> Acesso em 23 de abril de 2018.



SILVA, Maria E. da. A importância da educação infantil para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Monografia do curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2010.

SOUSA, Clóvis. Metodologia da pesquisa científica. Material de apoio. Estácio de Sá, Pós-graduanda em Psicopedagogia a Distância. 2014.

TANZAWA, Adriana C. L.; MARTINS, Júlia G. N.; BRENZAN, Sueli Gomes. Psicopedagogia Institucional: passos para a atuação do orientador psicopedagógico. Revista Inesul. 2010.

TENENTE, Luiza. G1. O Globo. O total de alunos com deficiência em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml>>. Acesso em 28 de abril de 2018.